



**INGRID TEIXEIRA CASSEMIRO**

**ANÁLISE NOS CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS  
DA CIDADE DE CANA VERDE**

**LAVRAS - MG  
2023**

**INGRID TEIXEIRA CASSEMIRO**

**ANÁLISE NOS CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS  
DA CIDADE DE CANA VERDE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Professor José Roberto Pereira

Orientador

**Lavras- MG**

**2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Casemiro, Ingrid Teixeira.

Conselhos Gestores Municipais de Cana Verde: uma análise da  
participação social / Ingrid Teixeira Casemiro. - 2023.

35 p.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

TCC (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. Conselhos gestores municipais. 2. Cana Verde. 3. Conselhos  
Municipais. I. Pereira, José Roberto. II. Título.

**INGRID TEIXEIRA CASSEMIRO**

**ANÁLISE NOS CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS  
DA CIDADE DE CANA VERDE**

**ANALYSIS IN THE MUNICIPAL MANAGEMENT  
COUNCILS OF THE CITY OF CANA VERDE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 8 de março de 2023

Dra. Sabrina Soares Silva

Professor José Roberto Pereira

Orientador

**Lavras- MG**

**2023**

## RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de analisar e demonstrar a importância dos Conselhos Gestores Municipais de Políticas Públicas como ferramenta de participação da sociedade civil, e os desafios encontrados na cidade de Cana Verde no sul de Minas Gerais, para o estímulo da participação de sua população. Para análise dos conselhos foram utilizados as categorias de análise da cidadania deliberativa, com o intuito de fazer uma análise das categorias identificando as categorias deficitárias dentro dos conselhos municipais, e para isso foi utilizado o método da entrevista semiestruturada, para a obtenção de dados para a realização da análise, após feita as análises e identificados os critérios deficitários, foi proposto algumas melhorias que podem ser feitas dentro dos conselhos e também a sugestão de mais estudos sobre o tema para que seja construído uma base teórica para futuros trabalhos.

Palavras-chave: Conselhos gestores municipais, Município de Cana Verde, Conselhos municipais.

## **ABSTRACT**

The present work intends to analyze and demonstrate the importance of Municipal Public Policy Management Councils as a tool for civil society participation, and the challenges encountered in the city of Cana Verde in the south of Minas Gerais, to stimulate the participation of its population . For the analysis of the councils, the analysis categories of deliberative citizenship were used, with the aim of making an analysis of the categories, identifying the deficient categories within the municipal councils, and for this, the semi-structured interview method was used, to obtain data for the carrying out the analysis, after carrying out the analyzes and identifying the deficient criteria, it was proposed some improvements that can be made within the councils and also the suggestion of further studies on the subject so that a theoretical basis for future works is built.

**Keywords:** Municipal management councils, Municipality of Cana Verde, Municipal councils.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 OBJETIVOS.....</b>	<b>9</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 OS CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 CIDADANIA DELIBERATIVA E SEUS CRITÉRIOS DE ANÁLISE .....</b>	<b>12</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 Classificação da pesquisa .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2 Objeto de estudo.....</b>	<b>17</b>
<b>3.3 Coleta de dados .....</b>	<b>18</b>
<b>3.4 Análise dos dados .....</b>	<b>18</b>
<b>4 RESULTADOS E ANÁLISES.....</b>	<b>20</b>
<b>4.1 Reuniões dos conselhos gestores municipais .....</b>	<b>22</b>
<b>4.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>4.3 Interação entre os conselhos .....</b>	<b>25</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>31</b>
<b>APÊNDICE A – Tabelas 1 e 2 .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os conselhos municipais foram criados a partir da constituição de 1988, com a descentralização de poder, onde muitas responsabilidades que antes eram do Governo Federal foram transferidas para os estados e municípios. Segundo Ribeiro e Guedes (2001) as políticas públicas seriam mais eficazes porque a gestão e a execução têm maior proximidade, e nesse contexto foram criados os conselhos gestores municipais. A constituição Federativa do Brasil de 1988; assegura a participação da sociedade civil em decisões governamentais (BRASIL, 26a).

A cidade de Cana Verde fica localizada no sul de Minas Gerais, se emancipou do município de Perdões em 1962, e sua população, segundo a Fundação João pinheiro, é de 5.678 sendo que 75,21% dos cidadãos vivem na área urbana do município. Os conselhos gestores municipais foram criados com o intuito de que a população canaverdense participasse de assuntos de seu interesse. No total hoje a cidade tem 12 conselhos, sendo eles: educação, saúde, assistência social, criança e do adolescente, saneamento básico, agricultura familiar, idoso, cultura, patrimonial, juventude, meio ambiente e defesa civil. Todos os conselhos da cidade possuem a mesma estrutura: um presidente e vice-presidente, secretário, tesoureiro, membros e suplentes.

A partir de um levantamento com os membros dos conselhos gestores foram identificados alguns problemas em sua atuação, a começar a enorme dificuldade de encontrar dados sobre o seu funcionamento, muitos dos próprios servidores públicos não sabem da existência desses conselhos e, assim, cria-se uma enorme dificuldade para encontrar os participantes e a dificuldade de comunicação com os membros. Outro problema encontrado foi que a população não participa ativamente dos conselhos, sempre são as mesmas pessoas que participam em todos os conselhos, sendo muitas pessoas com interesse de se promover politicamente. Isso faz com que apenas uma parte da população consiga opinar sobre assuntos que são do interesse do coletivo.

A metodologia de pesquisa se fundamentou na realização de entrevistas semiestruturadas com os membros dos conselhos, vereadores, e alguns cidadãos da cidade, para entender o motivo da falta de participação dos conselhos e, também, porque eles não a seguem legalidade. Portanto a presente investigação tem como questão central:

como funcionam os conselhos gestores municipais da cidade de Cana Verde e a participação social nas suas decisões, ao longo dos últimos 5 anos.

## **1.1 OBJETIVOS**

O objetivo geral desta pesquisa é analisar e compreender o funcionamento dos conselhos gestores de políticas públicas da Cidade de Cana Verde no período de 2017 a 2022, com base nas categorias e nos critérios de análise da cidadania deliberativa.

Com base nesse contexto os objetivos da pesquisa são:

- a) Contribuir para o desenvolvimento dos conselhos gestores municipais da cidade;
- b) Ampliar a participação social;
- c) Divulgar mais informações sobre os conselhos para a população.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo é feita uma descrição aprofundada sobre os assuntos fundamentais para a compreensão da pesquisa e seu desenvolvimento. Na seção 2.1 é apresentada a forma com que os conselhos gestores municipais surgiram e como são previstos em lei. A seção 2.2 trata sobre os critérios de análise utilizados que foram embasados na cidadania deliberativa.

### **2.1 OS CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS**

Os conselhos gestores municipais são uma importante ferramenta para participação, eles têm o papel de fortalecer a participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. A ideia dos conselhos gestores surgiu um pouco antes da criação da Constituição de 1988, que se deu através de mobilizações populares, onde era requerido a participação da sociedade civil nas decisões tomadas pelo poder executivo, mas também trouxeram a gestão pública no Brasil grandes desafios em relação a democratização do poder e a efetivação dos direitos sociais prescritos com universais. Em 1988 foi estabelecida a Constituição onde em alguns de seus artigos que serão descritos a frente, foram criadas leis que regulamentavam a participação social em assuntos de seu interesse, promovendo assim, accountability, já que os cidadãos além de elegerem seus representantes também conseguiriam participar da criação de políticas públicas através dos conselhos gestores.

A participação na administração pública direta e indireta está prevista no Ss 3º do Art,37 da Constituição onde visa regular:

I - As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – O acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo [...]. A participação social na gestão pública é referida na Constituição de forma explícita em três áreas: a política agrícola, a seguridade social e a educação.

Nos Art. 194 da constituição tem como um de seus objetivos que a administração seja democrática e descentralizada, com uma gestão quadripartite, além disso com a participação de trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo nos órgãos

colegiados. Já na área de assistência social a Constituição no Art. 204 prevê a criação de organizações representativas que formulam políticas e que controlem as ações em todos os níveis, para que as mesmas consigam promover a descentralização político-administrativa e fomentar a participação da população. O Art. 206 está voltado para a área da educação onde traz como lei os princípios fundamentais a gestão democrática do ensino público.

Através dos artigos da constituição citados acima, a participação social foi institucionalizada através dos conselhos gestores, onde a sociedade em conjunto com o Estado tem o poder de decidir, fazendo uma construção coletiva de decisões por meio do diálogo entre indivíduos politicamente iguais representando a essência da democracia deliberativa. Ao lado do orçamento participativo, os conselhos gestores estão sendo apontados como atores-chave da democracia deliberativa no Brasil (AVRITZER, 2000).

Os conselhos gestores no Brasil possuem algumas atribuições de sua responsabilidade como a criação de políticas relacionadas ao setor em que o conselho exerce seu controle, ações, serviços e programas desenvolvidos por instituições públicas e privadas, e a promoção da participação social na gestão pública, entre outras atribuições. Atualmente temos conselhos em todos os níveis de poder, no âmbito municipal é comum cada cidade possuir um total de dez conselhos, sendo eles:

O conselho municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), que tem como objetivo promover efetivamente a viabilização de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, proporcionar e promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e comunidades.

O conselho municipal de educação (CME) que junto aos gestores municipais, atua como articulador e mediador das necessidades educacionais e exerce funções normativas, consultivas, mobilizadoras e fiscalizadoras tem como objetivo formular, implementar e avaliar de políticas públicas municipais no âmbito educacional

Conselho municipal de saúde (CMS), é um dos conselhos mais antigos que tem como objetivo avaliar a situação da saúde e formular diretrizes para a elaboração de planos de saúde municipal, com o intuito de melhorar a qualidade.

Conselho municipal de promoção da igualdade racial (CMPIR), tem como objetivo trazer a igualdade entre os cidadãos do município. O conselho municipal dos direitos da mulher é um órgão de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador onde tem a finalidade de desenvolver diretrizes, programas e políticas públicas relacionadas à promoção da melhoria das condições de vida da mulher e à eliminação de todas as formas

de discriminação e violência contra a mulher, a fim de assegurar sua plena participação e igualdade em programas sociais e governamentais por meio de políticas públicas.

Temos também o conselho municipal do idoso (CMI) onde tem como objetivos propor a política municipal do idoso, que vise o exercício da cidadania, a proteção, assistência e a defesa dos direitos dos idosos, articular e apoiar projetos e atividades que levem o idoso a participar da solução dos seus problemas, e o pinar, quando solicitado, sobre os critérios de atendimento e os recursos financeiros destinados pelo município às instituições que prestam serviços a terceira idade e aos idosos.

O COMAD é o conselho municipal de políticas públicas sobre drogas auxilia e assessora as autoridades administrativas municipais no planejamento e implementação da política local de drogas. Reconhecendo a importância desses comitês, a atuação da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas - Subpod junto ao Comad visa fomentar e fortalecer os vínculos entre o Estado e a sociedade, com o objetivo de possibilitar a intersetorialidade e a fiscalização das políticas públicas.

O conselho municipal de assistência social (CMAS) é aquele fiscaliza, acompanha, monitora e avalia a política pública de assistência social, zelando pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais.

Um dos conselhos que são mais conhecido é o conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente (CMDCA) que busca promover a promoção do bem estar social da criança e do adolescente do município.

E por fim o conselho de acompanhamento e controle social (CFUNDEF) Sua principal função é fiscalizar e controlar a alocação, repasse e aplicação dos recursos do Fundo nas esferas municipal, estadual e federal. O conselho não é uma unidade administrativa do governo. A sua atuação deve, portanto, ser independente e ao mesmo tempo coordenada com os órgãos da administração pública local.

A partir dos conselhos acima apresentados as prefeituras conseguem estruturar seus conselhos com a opção de criar mais alguns de acordo com as suas demandas, sendo que sempre os conselhos são vinculados a alguma secretaria.

## **2.2 CIDADANIA DELIBERATIVA E SEUS CRITÉRIOS DE ANÁLISE**

Para o desenvolvimento da metodologia da pesquisa foi utilizado como referencial teórico a cidadania deliberativa, abordado por Tenório (1998; 2005). Por um lado, a

política liberal procura incluir os interesses privados diante do Estado e, por outro lado, o processo democrático social visa o interesse da sociedade frente ao Estado, o que gera tensões e conflitos entre os três grandes setores: Estado, Mercado e Sociedade.

O sentido republicano da política é um componente que visa o desenvolvimento da sociedade, a política é feita de forma que a sociedade seja portadora de direitos iguais e livres, devido a relação de entendimento recíproco dos membros das comunidades solidárias.

Sendo assim, o conceito de cidadania deliberativa envolve as duas perspectivas, liberal e republicano, mas com um peso maior para o republicanismo. Para, Oliveira (2009, p. 76) “na perspectiva liberal, ele é definido em função de seus direitos subjetivos, frente aos seus pares e ao Estado, em prol de seus interesses privados - no limite da lei”. Já o conceito de republicano é aquele que participa e com isso se torna um ator político.

Habermas (2012) se situa na perspectiva republicana fundamentada na racionalidade comunicativa, em que a cidadania deliberativa se desenvolve por meio de discussões públicas (mundo da vida) no sentido de formar esferas públicas capazes de influenciar o sistema (Estado e Mercado). Tenório (2005) elucida que a cidadania deliberativa busca o consenso válido, garantido por pressuposições comunicativas. Tenório (2005) esclarece também que na linha liberal a prioridade é a liberdade individual para negociar, e na republicana o foco está no que é melhor para a comunidade. Em suma, no campo da cidadania deliberativa, as formas instrumentais de consulta e diálogo são institucionalizadas e legitimadas na formação de opiniões e vontade política. Assim, as condições da virtude cívica são transferidas para formas de comunicação que orientam a ética, a moral pragmática e o diálogo negociado.

Tenório (1998) destaca que a cidadania deliberativa se vincula com o conceito de gestão social desde que corresponda a uma ação política prudente, onde o indivíduo pode participar do processo democrático que determina seu destino como eleitor, trabalhador ou consumidor em diferentes situações sociais. Deste modo a associação entre sociedade e Estado, a gestão social e a cidadania deliberativa indicam que o cidadão é consciente de seu papel de sujeito social e deve atuar ativamente nas decisões sobre o destino de sua comunidade.

Sendo assim, Tenório (2005) observa que para o exercício da cidadania deliberativa além do sujeito social deve-se existir lugares que possibilitem esses exercícios, espaços sociais para discussão de opiniões e comunicação sobre conteúdos

relevantes. Para Oliveira (2009, p. 77) “trata-se das esferas públicas, que pressupõem a igualdade de direitos individuais e a possibilidade de discussão de problemas sem violência ou coação por meio da autoridade negociada entre as partes”. Desta forma é mais eficaz para conseguir identificar as demandas da sociedade, propor soluções para as mesmas, transformando-as em políticas públicas pelos poderes Executivo e Legislativo.

Nesta situação Tenório (2005) acrescenta que além da noção de esfera pública também possuímos a noção de participação e gestão social, vale ressaltar que segundo Demo (1993) a participação deve ser reafirmada constantemente, já Tenório & Rosemberg (1997) defendem que a participação deve ser consciente, assegurada e voluntária. A definição de participação na cidadania deliberativa é quando o cidadão é um colaborador nos processos de interesse público. Para incluir conceitos de gestão social, esfera pública, participação e cidadania deliberativa, Tenório (2005) entende que:

O acréscimo que fazemos à discussão sobre gestão social integrada à proposta habermasiana de uma cidadania deliberativa, está relacionada ao significado de participação. Por sua vez, a necessidade de agregar a estes dois conceitos anteriores o de participação, está vinculada a ênfase que se faz primordial quando se deseja dizer que a gestão social deve ser praticada como um processo intersubjetivo, dialógico, onde todos têm direito à fala. E este processo deve ocorrer em um espaço social, na esfera pública. Esfera onde se articulam diferentes atores da sociedade civil que ora em interação com o Estado, ora em interação com o capital, ora os três interagindo conjuntamente, vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões que compartilhem recursos em prol do bem comum. Assim, entendemos a gestão social como o processo gerencial decisório deliberativo que procura atender as necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico.

(TENÓRIO, 2005, p. 17)

De acordo com o conceito de cidadania deliberativa, no contexto da gestão social é esclarecido que é “[...] a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de

discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2007, p. 54)”. Com base nessas categorias, foram desenvolvidos os critérios de análise de processos deliberativos (TENÓRIO, 2012). Os critérios de análise são descritos detalhadamente mais a frente.

A cidadania deliberativa é o ato de efetivar as decisões tomadas dentro da esfera pública por cidadãos e por quem os representa, mais além do debate é também a deliberação sobre temas de interesse comum. Em geral, a credibilidade das decisões políticas começa em processos deliberativos baseados nos processos de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum.

Silveira, Cançado e Pinheiro (2014) ressaltam que o **Processo de discussão** como o próprio nome já sugere é a fase onde se tem o diálogo e a tomada de decisão na esfera pública, por meio de um debate aberto entre os atores, onde há igualdade na participação. Os critérios do processo de discussão são: Canais de difusão; Qualidade de informação; Espaços de transversalidade; Pluralidade do grupo promotor; Órgãos Existentes; Órgãos de acompanhamento; e Relação com outros processos participativos.

A **inclusão** começa com a compreensão de que as partes interessadas precisam participar e ser contadas. Segundo os autores, sua formação é baseada em categorias que tentam identificar e incluir uma ampla gama de participantes, principalmente, aqueles que de outra forma seriam excluídos dos processos participativos. Seus critérios são: Abertura dos espaços de decisão; Aceitação Social; Política e técnica; e Valorização Cidadã (SILVEIRA; CANÇADO; PINHEIRO, 2014).

A terceira categoria é o **pluralismo**, onde trata da diversificação dos participantes. Segundo Tenorio (2012) o pluralismo é muito importante pois realça a descentralização dos poderes, e é essencial pois a descentralização faz com que os problemas possam ser debatidos pelos participantes que estão propriamente afetados. (SILVEIRA; CANÇADO; PINHEIRO, 2014).

Na quarta categoria temos a **igualdade participativa** que defende a igualdade na participação dos envolvidos, nela é possível desenvolver análises sobre a efetividade da abertura e transparência do espaço de deliberação. Seus critérios de análise são: Forma da escolha dos representantes; Discurso dos Representantes; e Avaliação Participativa. (SILVEIRA; CANÇADO; PINHEIRO, 2014).

A **autonomia**, é o quinto critério que institui as formas de atuação dos atores quanto a delegação de poder e a tomada de decisão própria, que é autorizada pelo processo participativo. Critérios: Origem das proposições; alçada dos atores; e Possibilidade de exercer a própria vontade (SILVEIRA; CANÇADO; PINHEIRO, 2014).

A última categoria apresentada é o **Bem comum**, que se destaca por buscar a construção de resultados coletivos, e também realça o bem-estar social que é buscado

por meio da ação republicana. Seus critérios são: Objetivos alcançados e Aprovação cidadã dos resultados (SILVEIRA; CANÇADO; PINHEIRO, 2014).

### **3 METODOLOGIA**

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa utilizada, os procedimentos para realização das entrevistas e como foram analisados os dados obtidos.

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

A presente pesquisa é uma pesquisa qualitativa, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas, onde entrevistador consegue mais liberdade no decorrer da conversa, sendo assim algumas perguntas podem ser reestruturadas de acordo com o contexto. Uma vantagem importante desse tipo de entrevista é que se tem a oportunidade de descobrir a capacidade do candidato em relação a desafios, problemas e diferentes cenários internos, como o entrevistado consegue ter uma conversa informal é mais fácil de identificar algum problema que o incomoda e que não seria abordado somente com as questões.

Na criação das questões abordadas durante a entrevista foi utilizado o método da cidadania deliberativa em que as categorias orientaram na criação das questões e, para isso, foram utilizados os seis critérios de análise: processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum. Na tabela 1 que está em apêndice são apresentadas as categorias de acordo com o texto do Lamonier, os critérios de cada categoria e questões desenvolvidas com base em cada um deles.

#### **3.2 Objeto de estudo**

A pesquisa apresenta como objeto de estudo os concelhos gestores municipais da cidade de Cana Verde, Minas Gerais. Cana Verde é uma cidade que fica no sul de Minas e atualmente possui 5.678 habitantes, segundo a Fundação João Pinheiro, foi emancipada do município de Perdões em 1962 e por isso é considerada uma cidade nova considerando as outras cidades da mesma região, fica às margens do Lago de Furnas, e a 225 km de Belo Horizonte e a 380 km de São Paulo. É ideal para quem quer paz, tranquilidade e contato com a natureza. Sua economia é baseada na agricultura (café) e na pecuária, a típica cidadezinha do interior de Minas mescla religiosidade, história, cultura, natureza e gastronomia.

Por se tratar de uma cidade pequena e com uma parte considerável da população residir em zona rural, atualmente sendo 25% da população segundo a fundação João Pinheiro, a cidade possui um cunho político muito aflorado sendo possível perceber em

suas ruas pequenos grupos de pessoas que discutem assuntos relacionados a administração pública. A prefeitura do município é localizada em uma praça no centro da cidade e como todo mundo é conhecido, é de fácil acesso da população, mas mesmo com esse fácil acesso a prefeitura tem uma grande dificuldade na organização de documentos o que dificulta o acesso a dados considerados importantes.

Para a realização das entrevistas foram selecionados dois grupos um com membros dos conselhos que foram selecionados de acordo com a disponibilidade e outro com membros da sociedade foram selecionadas pessoas beneficiárias de políticas públicas e que não tem relação com política.

### **3.3 Coleta de dados**

A entrevista é uma forma alternativa para coleta de dados não documentais sobre um determinado tema. Para a escolha dos entrevistados, foi realizado um levantamento sobre todos os membros de todos os conselhos gestores municipais da cidade de Cana Verde onde foram selecionados os membros com mais disponibilidade e que atuam a mais tempo nos conselhos gestores e, por isso, apresentam potencial conhecimento para explicar o funcionamento dos conselhos dos quais participam.

A escolha do número de entrevistados foi feita levando em conta a disponibilidade dos entrevistados e, foram realizadas um total de 12 entrevistas com presidentes e membros dos conselhos gestores municipais de Cana Verde, vereadores e membros da sociedade. A duração média de cada entrevista foi de 30 minutos, as entrevistas foram gravadas com a autorização prévia dos entrevistados, e depois transcritas para que facilitassem a avaliação de suas respostas de acordo com os critérios de análise que estão na tabela 1.

### **3.4 Análise dos dados**

Para a análise dos dados foram utilizados as categorias e os critérios de análise da cidadania deliberativa, em que todas as questões foram baseadas, sendo elas:

A categoria do processo de discussão tem como critérios de análise: os canais de difusão, qualidade da informação, os espaços de transversalidade, a pluralidade do grupo promotor, os órgãos existentes, os órgãos de acompanhamento e a relação com outros processos participativos, que foram avaliados nas primeiras questões apresentadas aos

entrevistados, onde dizem respeito sobre o local das reuniões a participação entre os membros e a sociedade, e também sobre a publicação dos resultados.

A segunda categoria é a inclusão que tem como critérios a abertura dos espaços de decisão, a aceitação social, a política e técnica e a valorização cidadã, para analisar esses critérios foram desenvolvidas questões que avaliavam a organização de ideias e temas, e a definição de quem participava e quem seria excluído.

Pluralismo foi a terceira categoria que foi utilizada como base para a criação das questões para a entrevista, essa categoria tem como critérios de análise o perfil dos diferentes atores e a sua participação, que foi representada durante a entrevista com questões como a quantidade de participantes da sociedade civil e a divulgação do conselho para a sociedade.

A igualdade participativa tem critérios que avaliam a escolha dos representantes a discussão e a participação, a partir desses critérios foram criadas perguntas onde tinham como objetivo saber como era o processo de avaliação participativa e a escolha dos representantes.

Autonomia é a quinta categoria em que analisa a alçada dos atores, a origem das proposições o perfil de liderança e a possibilidade de exercer a própria vontade, nela foi avaliado o papel de cada membro do conselho e a delegação de poder dentro do conselho.

Por último o bem comum que tem como critério analisar se os objetivos foram alcançados e a aprovação cidadã dos resultados.

No apêndice ao final do texto também é possível encontrar todas as questões utilizadas para nortear as entrevistas.

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISES

Após a aplicação das entrevistas com base nas categorias de análise foi possível observar alguns pontos a serem melhorados dentro dos conselhos. De acordo com as seis categorias de análise da cidadania deliberativa.

Após analisar as respostas obtidas durante o desenvolvimento das entrevistas e estudando sobre os critérios da cidadania deliberativa foi possível identificar que no município de Cana Verde, os conselhos gestores municipais enfrentam problemas relacionados a falta de participação, problemas internos como a falta de interação entre os conselhos, falta de criação de políticas públicas que partam deles, assim como problemas na divulgação e publicidade dos resultados obtidos durante as reuniões. Na tabela 3 é possível analisar os resultados obtidos nas entrevistas de acordo com cada critério de análise descrito.

Tabela 3- Resultados obtidos nas entrevistas de acordo com os critérios de análise

Categoria	Critério	Resultado das entrevistas
Processo de discussão	No processo de discussão são analisados os canais de discussão, a qualidade da informação, os espaços da transversalidade, a pluralidade do grupo promotor, os órgãos existentes, os órgãos de acompanhamento, e a relação e/ou outros processos participativos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As reuniões ocorrem em uma sala específica dentro da secretaria em que o conselho se relaciona, participam das reuniões órgãos do colegiado inseridos no poder executivo municipal de natureza deliberativa ou consultiva;</li> <li>• As reuniões são convocadas via carta/convite no whatsapp;</li> <li>• Os resultados das reuniões são registrados em atas e divulgados no site da prefeitura;</li> </ul>
Inclusão	Para análise dessa categoria é analisado a abertura dos espaços de decisão, a aceitação social política e técnica, e a valorização cidadã	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os temas são discutidos, seguindo as ordens do dia, e uma ordem por gravidade, sendo que os temas que estão gerando maior impacto na vida dos cidadãos são as prioridades do assunto;</li> <li>• Os temas são escolhidos de acordo com a prioridade e frente alguma necessidade do município;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• As pessoas que participam, são os conselheiros titulares. Os suplentes ficam de fora, exceto quando necessário a sua convocação, por falta do titular;</li> </ul>
Pluralismo	É a participação de diferentes atores e o perfil deles	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participam do conselho 12 pessoas, divididas em 5 da sociedade civil, e o presidente que pode ser tanto da sociedade civil, quanto da administração pública municipal;</li> <li>• A divulgação é feita através do site, e das redes sociais da prefeitura;</li> </ul>
Igualdade participativa	É analisada a forma de escolha dos representantes a discussão entre eles e a avaliação participativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os representantes são escolhidos através do voto secreto, entre os interessados a participar;</li> <li>• A delegação de poder é definida pelo presidente do conselho e seus secretários.</li> </ul>
Autonomia	Analisa a origem das proposições, a alçada dos atores, o perfil de liderança e a possibilidade de exercer a própria vontade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os objetivos do conselho são definidos em Lei, e depois no estatuto, e tem caráter consultivo e deliberativo, sem ser subordinado ao município;</li> <li>• É informado a população em geral, através das redes sociais;</li> </ul>
Bem comum	Os objetivos alcançados e a aprovação cidadã dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os objetivos são definidos em reuniões que acontecem de três em três meses;</li> <li>• Não são informados os objetivos a população;</li> <li>• Os entrevistados afirmam que os objetivos foram atingidos, e quando tem alguma dificuldade tentam aumentar o prazo estabelecido nas reuniões.</li> </ul>

Fonte: Adaptado por Lamounier (2012, pp. 39-40)

Após uma análise realizada de todas as entrevistas realizadas, foram levantadas algumas questões/problema, referente aos conselhos gestores municipais de Cana Verde

e as melhorias que podem ser feitas para ampliar sua atuação e seguir de acordo com a legalidade.

#### **4.1 Reuniões dos conselhos gestores municipais**

Cada conselho gestor municipal da cidade de Cana Verde conta com 12 membros sendo eles 5 membros titulares e 5 membros suplentes, e dois membros titulares sendo eles o Presidente e o Vice-presidente do conselho. Os conselhos da cidade são interligados a uma Secretária Municipal, e dentro das secretárias são fornecidas salas para que os membros possam realizar suas reuniões/assembleias ordinárias e extraordinárias (quando necessário). O conselho também pode contar com a colaboração dos secretários (funcionários públicos municipais), para ajuda-los a desenvolverem suas atividades.

Segundo o entrevistado 1 (2023), atual Presidente do conselho gestor municipal da Educação, as reuniões dos conselhos são convocadas através de um grupo no whatsapp, com todos os membros e são lavradas em ata. As pautas debatidas durante as reuniões de todos os conselhos da cidade são colocadas pelo Presidente do conselho, logo após os membros fazem uma explanação sobre o tema, que é debatido durante a reunião, e os resultados das reuniões são divulgados no site da prefeitura. As ideias de temas para as próximas reuniões são repassadas para o presidente que de acordo com a demanda da população avalia os temas mais urgentes, e repassa para os membros do conselho os temas tratados nas próximas reuniões.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário material sobre o funcionamento dos conselhos e sobre suas reuniões que somente foram obtidos através das entrevistas, apesar de Alessandra repassar para o responsável pelo site da prefeitura que as reuniões não são divulgadas no site, e a mesma só tomou ciência deste fato após a entrevista, pois após todas as reuniões Alessandra encaminha o material a ser postado como fotos, e os resultados das pautas debatidas durante as reuniões, outro fato importante é que as reuniões são abertas ao público mais como são reuniões dentro das secretarias e não divulgadas os membros da sociedade não conseguem comparecer as reuniões, onde são realizadas somente com membros do conselho.

## **4.2 Participação social nos conselhos gestores municipais**

Os conselhos gestores municipais são as principais formas de participação social pois dão aos cidadãos a oportunidade de discutir sobre assuntos de seu interesse, e de representar as pessoas ao seu redor sem se envolver em política partidária. Através dos conselhos, teoricamente, os assuntos que realmente importam para a sociedade são debatidos de forma igualitária garantindo que todos serão ouvidos. A ideia dos conselhos gestores municipais é que a população consiga manifestar sua opinião sem ter que esperar que seu representante escolhido através de seu voto a considere, quando pensamos assim a proposta dos conselhos gestores é muito importante para a sociedade atual que a cada dia mais está envolvida em assuntos de seu interesse, e buscando por seus direitos.

Através das entrevistas realizadas para o este estudo, foi notado que apesar da ideia dos conselhos gestores, de trazer a população para dentro das escolhas e da criação das políticas públicas, isso não ocorre de forma igualitária considerando a proposta dos conselhos.

De acordo com as respostas obtidas através das entrevistas em comparação com os critérios da cidadania deliberativa foi possível analisar pontos de melhoria nos conselhos da cidade.

O primeiro critério a ser comparado é o processo de discussão onde foram analisado os canais de discussão e a qualidade da informação, sendo que de acordo com as respostas obtidas a principal questão para melhoria foi a dificuldade de encontrar os resultados das reuniões já que não são divulgados de forma transparente, segundo a maioria dos entrevistados os resultados das reuniões são publicados em atas, mais durante o processo de pesquisa, foi de extrema dificuldade encontrar as mesmas para análise dos resultados obtidos durante as reuniões.

Outro critério a ser analisado é a inclusão que traz questões como os temas propostos mais também a composição dos conselhos e a escolha das pessoas que participam e que são excluídas, durante a procura de membros dos conselhos para realizar as entrevistas foi possível observar que muitos relatavam que foram chamados para participar dos conselhos por falta de pessoas interessadas, quando relacionamos com os critérios vemos o que a falta de divulgação faz, já que como os cidadão não sabem sobre seu direito não procuram participar.

Tenorio (2012) diz que o pluralismo é muito importante pois realça a descentralização dos poderes, e é essencial pois a descentralização faz com que os

problemas possam ser debatidos pelos participantes que estão propriamente afetados. (SILVEIRA; CANÇADO; PINHEIRO, 2014). De acordo com questão apresentada aos entrevistados durante as entrevistas foi possível analisar como que a sociedade civil participa mais de forma muito tímida na composição dos conselhos da cidade, quando analisada a entrevista com membros da sociedade civil é possível perceber que eles não sabem como é o funcionamento dos conselhos e nem qual a sua função, se olharmos por um contexto geral nas entrevistas feitas com os participantes de algum conselho gestor da cidade, vemos que alguns participam de duas ou três conselhos, e que na composição deles a maioria esmagadora é de membros que estão envolvidos de alguma forma com a administração pública local, a prefeitura.

A igualdade participativa analisa a forma de escolha dos representantes e a discussão entre eles e a avaliação participativa, nos conselhos gestores da cidade a delegação de poder é feita de forma democrática, apesar de haver uma estrutura hierárquica dentro dos conselhos, os presidentes sempre trazem pautas que são sugeridas pelos membros e tentam fazer com que todos os presentes participem e que tenham a sua opinião ouvida, considerada e respeitada.

Autonomia é o critério da cidadania deliberativa que analisa a alçada dos atores, o perfil de liderança e a possibilidade de exercer a própria vontade, analisando com base nas entrevista, vemos que os entrevistados que são presidentes ou vice presidentes de algum conselho, apesar de exercer um cargo de extrema importância, tem a possibilidade de exercer a própria vontade mas não a exercem sem antes consultarem todos os membros envolvidos no conselho, e sempre tentam tomar decisões de forma democrática, quando um presidente foi questionado durante a entrevista como as reuniões eram marcadas, o mesmo falou que propõe datas no grupo do WhatsApp e tenta encaixar a reunião na agenda de todos para que participem da reunião.

O último conceito da cidadania deliberativa que foi questionado durante as entrevistas foi o bem comum onde o intuito é analisar os objetivos alcançados e a aprovação cidadã dos resultados. Todos os entrevistados que possuem relação com o conselho descreveram que os objetivos são alcançados, mas é difícil de se comprovar já que não é possível localizar nenhum *site* que descreva os objetivos e que os mostrem sendo concluídos, entrando no problema descrito acima da falta de divulgação sobre os conselhos e a dificuldade de acesso a informações relacionadas a eles.

Analisando em contexto geral os pontos apresentados da cidadania deliberativa trazem fortemente a questão da participação como questão central a ser aperfeiçoada nos

conselhos gestores municipais da cidade de Cana Verde, se contrapormos os pontos acima descritos os relatos dos entrevistados mostram que a participação da sociedade civil é um fator deficitário nos conselhos, mas que a falta da participação desses atores se dá em grande parte por falta de divulgação e conhecimento dos cidadãos sobre os conselhos e o seu tão importante papel para a busca pela cidadania deliberativa.

#### **4.3 Interação entre os conselhos**

Sabemos que hoje todos os níveis de governo possuem áreas e são divididos para descentralizar o poder, dividindo-o de acordo com as áreas de mais interesse e escolhendo um representante para ficar como responsável por essa área, quando analisamos em nível municipal, o prefeito assim que eleito começa a convocar algumas pessoas de seu círculo e que o apoiam para chefiarem as secretarias. Essa divisão entre as secretarias é feita com o intuito de descentralizar como dito acima, e também de que cada secretaria consiga trabalhar com eficácia em assuntos que são suas especialidades, geralmente, quem o prefeito convoca como seu secretário antes de convidá-lo é feita uma análise se era uma área de especialidade da pessoa escolhida, como por exemplo no caso da secretária da educação da cidade de Cana Verde, a atual secretária é professora que atua a muitos anos na escola municipal da cidade, e devido a educação ser uma pauta de muito interesse o atual Prefeito a escolheu para assumir a secretaria.

Através do IMRS é possível observar cada área separadamente, analisando em um contexto geral a educação no município de Cana Verde nos últimos levantamentos realizados, sofreu uma grande queda em questão a qualidade geral da educação, em comparação com os anos de 2010 a 2018 que foi o último ano apresentado pela Fundação João Pinheiro, é possível observar que em 2018 a educação na cidade atingiu o índice mais baixo em comparação com os outros anos analisados.

Quando analisamos no âmbito da saúde vemos que na cidade os índices da saúde melhoraram em comparação com os anos anteriores, a cidade conseguiu reduzir para menos da metade a proporção das internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião de saúde, outro índice que chama a atenção é a diminuição da taxa de mortalidade por doenças crônicas na cidade.

No contexto geral vemos que o IMRS da cidade de Cana Verde não é ruim, mas ainda existem muitos assuntos a serem discutidos, quando analisamos os dados e pensamos no contexto dos conselhos gestores municipais vemos que os pontos

apresentados nos gráficos da Fundação João Pinheiro mostram assuntos que devem ser analisados e discutidos durante as reuniões dos conselhos gestores, que devem não só discutir assuntos pertinentes aos seus setores mais também em um contexto geral, incluindo assuntos de outros conselhos.

Pensando nos conselhos gestores vemos que existe o mesmo parâmetro para divisão, cada conselho fica responsável por uma área e geralmente são relacionados a uma secretaria específica, e por isso as reuniões dos conselhos gestores municipais da cidade de Cana Verde geralmente são realizados dentro de salas nas secretarias pois facilita a participação já que seus participantes em maioria são servidores que trabalham na secretaria em que o conselho possui relação.

Em sua maioria as políticas públicas são pensadas para atender não só uma área específica, como por exemplo o SUS que hoje é o principal sistema de saúde do país e digamos do mundo, se analisarmos o SUS é um programa que foi criado na pasta da saúde com o intuito de promover qualidade de vida para todos os brasileiros, mais quando analisamos considerando não só a saúde vemos que o SUS promove além de acesso a saúde, também atua na vigilância epidemiológica e sanitária. Considerando o que foi dito acima para a criação do SUS foi necessário além de pessoas ligadas a pasta da saúde pessoas ligadas a área do saneamento básico.

Nos conselhos gestores municipais de Cana Verde, foi observado que eles não possuem correlação e cada um fica responsável somente por pautas relacionadas a seus conselhos, e se consideramos que a criação de políticas pública realmente eficazes não seria mais interessante que os conselhos se reunissem para que consigam discutir assuntos que podem ser de interesse de várias áreas. Como os conselhos não se relacionam muitas pautas são discutidas em vários conselhos ao mesmo tempo, e quando é criado um projeto para ser apresentado e discutido há um conflito, pois, cada conselho apresentou uma alternativa diferente para o mesmo problema. O problema apresentado poderia facilmente ser resolvido se os presidentes dos conselhos se comunicassem e apresentassem as pautas que serão discutidas durante suas reuniões pois assim se identificado que dois conselhos ou mais tem o mesmo assunto como pauta poderia ser agendada uma reunião em conjunto para que todos os conselhos apresentem suas opiniões sobre o assunto e que consigam formular em conjunto uma proposta eficaz que atendesse toda a população.

#### **4.4. Interpretações dos resultados das entrevistas com base nos critérios de Cidadania Deliberativa**

A primeira categoria analisada foi o processo de discussão onde foi possível observar que os conselhos tem reuniões mensais, mais que quando questionados sobre a transparência dos conselhos todos os entrevistados, deram respostas vagas dizendo que os resultados das reuniões eram divulgados somente por atas que ficam disponíveis para serem consultadas na prefeitura da cidade, mas quando fui analisá-las não consegui acesso por simplesmente não saberem onde estavam.

O segundo critério a inclusão foi um dos critérios em que foi observado uma grande dificuldade por parte dos conselhos na questão em que falava sobre a definição de quem participava e de quem era excluído, nessa questão foi possível analisar a falta de participação já que em conselhos como o conselho municipal da educação que é um dos mais procurados pela população principalmente por mães interessadas em participar da educação de seus filhos, terem que convidar membros para participar que geralmente são escolhidos por conveniência.

Na terceira categoria o pluralismo também foi um critério onde foi encontrado uma grande dificuldade já que quando os entrevistados eram questionados sobre as pessoas que participavam, todos os conselhos possuíam membros que tinham algum vínculo com a administração pública, e faz com que os conselhos representem somente uma parte da sociedade, já que neles não possuem diferentes atores.

A igualdade participativa avalia a escolha dos representantes a discussão e a avaliação participativa, quando relacionado com os critérios acima vemos que nos conselhos da cidade não existe a igualdade participativa pensando na questão de que os conselhos não são divulgados e não possuem membros da sociedade civil. Analisando a forma de escolha dos representantes e a discussão vemos que dentro dos conselhos principalmente o da educação e o do controle interno, que foram entrevistados os presidentes eles tentam deixar a discussão o mais justa possível estimulando a participação de todos.

Autonomia é a categoria que analisa a alçada dos atores, e o perfil de liderança, foi possível observar a partir da entrevista com os dois presidentes que eles tentam fazer uma liderança democrática e que seu papel é muito bem definido dentro do conselho.

O último critério utilizado para analisar os dados foi o bem comum onde também foi difícil analisar a aprovação cidadã já que o conselho tem uma grande dificuldade na divulgação de seus objetivos e de seus resultados.

Analisando em um contexto geral as categorias de análise que são mais deficitárias atualmente nos conselhos gestores municipais da cidade de Cana Verde é a categoria da inclusão e do pluralismo pois como analisado acima a igualdade dentro dos conselhos pela falta de divulgação não existe a valorização cidadã, que é um direito social de todos os cidadãos mais que não são exercidos por falta de conhecimento dessa forma de participação, e o pluralismo que também foi um critério deficitário apesar de ser um dos critérios mais importantes para a garantia da representação, nos conselhos foi observado que pela falta de acesso a informação dos cidadãos da cidade, a maioria não é representada, a composição atual dos conselhos, principalmente da educação e saúde é representada por pessoas com algum vínculo com a administração pública o que atrapalha na tomada de uma decisão justa e que promova o bem comum.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conselhos gestores da cidade de Cana Verde em Minas Gerais permitem que a sociedade civil participe de debates e criação de políticas públicas relacionadas ao seu interesse de acordo com a área, além de possibilitar que os problemas enfrentados pela sociedade cheguem até o órgão que poderá resolvê-lo. O presente trabalho analisou e buscou como funcionam os conselhos gestores municipais da cidade de Cana Verde e a participação social nas suas decisões, fazendo uma contribuição com o objetivo de compreender o funcionamento dos conselhos gestores de políticas públicas da Cidade de Cana Verde, com base nas categorias e nos critérios de análise da cidadania deliberativa.

Atualmente os conselhos gestores municipais, apesar de serem uma ferramenta de participação estão representados somente pela minoria, que interfere em suas discussões e políticas criadas, representando somente uma pequena parte de sua população, e correlacionando com outra questão apontada durante o estudo, que é a falta de divulgação sobre os conselhos e sobre as entrevistas realizadas com membros da sociedade civil, é possível afirmar que a população não participa ativamente dos conselhos por falta de conhecimento sobre os mesmos, pois como descrito anteriormente quando questionados sobre os conselhos os membros da sociedade civil entrevistados afirmaram não conhecerem os conselhos e não saber sobre a importância deles para democracia deliberativa. Então como primeiro passo a prefeitura de Cana Verde deve investir na divulgação dos conselhos estimular a sociedade participar ativamente deles.

Outro ponto em destaque durante o estudo foi a falta de interação dos conselhos que muitas vezes criam políticas que poderiam ser relacionadas a outras áreas, o que poderia ser feito é a criação de reuniões com os presidentes e vice-presidentes dos conselhos onde seriam debatidos os temas propostos para as reuniões e quando identificado que um tema seria abordado em duas ou mais reuniões, convidar os outros membros dos conselhos para uma reunião em conjunto para que consigam avaliar todas as áreas envolvidas no tema, trazendo uma visão que antes não seria avaliada pois cada conselho atuava individualmente.

Apesar de todas as limitações encontradas durante o estudo como a falta de material para uma revisão de literatura, e a dificuldade ao acesso à informação, verifica-se que os conselhos gestores da cidade de Cana Verde possuem pontos a melhorar que

com um planejamento adequado pode fazer com que eles consigam não só melhorar em questões políticas públicas criadas por eles, mas fazer com que a população se aproxime da administração pública, que lutem por seus direitos, mas que também exerçam seus deveres como cidadãos ativos politicamente.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Schuank, Carla. 6 FATOS IMPORTANTES SOBRE OS CONSELHOS. Politize: 18 de novembro 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conselhos-municipais-fatos-importantes/>

<https://1library.org/article/a-forma%C3%A7%C3%A3o-dos-conselhos-municipais-no-brasil.zwv36rlq>. Acesso em: 09 de abril de 2022

Barbosa, Vicente. SOBRE A CIDADE. Prefeitura de Cana Verde, Cana Verde, 8 de junho de 2018. Disponível em: <http://canaverde.mg.gov.br/historia-e-dados/>, Acesso em: 09 de abril de 2022

Cana Verde. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. Disponível em: <http://docbox.com.br/canaverde/getDocsSearch.php?form=12&idExer=&pergIdData=undefined&generica=>. Acessado em: 09 de abril de 2022

Oliveira, Virgílio. SOCIEDADE, ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CONSELHOS GESTORES DO MUNICÍPIO DE LAVRAS - MG. Lavras, 2009. Disponível em: [http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/3116/1/TESE\\_Sociedade%20estado%20e%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica.pdf](http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/3116/1/TESE_Sociedade%20estado%20e%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica.pdf). Acesso em: 15 de abril de 2002.

Oliveira, V. C. da S. e; Pereira, J. R.; Oliveira, V. A. R. de. OS CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS COMO INSTRUMENTOS DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA NO BRASIL, set. 2010. Disponível em: [http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/205/1/ARTIGO\\_Os%20conselhos%20gestores%20municipais%20como%20instrumentos%20da%20democracia%20deliberativa%20no%20Brasil.pdf](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/205/1/ARTIGO_Os%20conselhos%20gestores%20municipais%20como%20instrumentos%20da%20democracia%20deliberativa%20no%20Brasil.pdf). Acesso em 14 de janeiro de 2023.

Neto, A. J. P. CONSELHOS GESTORES E POLÍTICA NACIONAL DOS POVOS TRADICIONAIS EM BUSCA DE UMA REAL POSSIBILIDADE DA

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito Bacharelado) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2384/98327.PDF?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023

Silva, A. E. F. A.; Avelar, S. A. R.; Pereira, J. R. CIDADANIA DELIBERATIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROCESSO DE DISCUSSÃO PROMOVIDO PELO PRIMEIRO MANDATO COLETIVO DO BRASIL. Redes, 2021. Disponível em: [http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/49777/1/ARTIGO\\_Cidadania%20deliberativa%20um%20estudo%20de%20caso%20sobre%20o%20processo%20de%20discuss%C3%A3o%20promovido%20pelo%20primeiro%20mandato%20coletivo%20do%20Brasil.pdf](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/49777/1/ARTIGO_Cidadania%20deliberativa%20um%20estudo%20de%20caso%20sobre%20o%20processo%20de%20discuss%C3%A3o%20promovido%20pelo%20primeiro%20mandato%20coletivo%20do%20Brasil.pdf). Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

Gomes, E. G. M. CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL E INSTITUIÇÕES. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2384/98327.PDF?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

Fundação João Pinheiro. INDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Acessado em 2023. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

## APÊNDICE A – Tabelas 1 e 2

Tabela 1- Categorias, critérios de análise e roteiro de questões sobre cidadania deliberativa

Categorias	Critério	Questão
Processo de discussão	No processo de discussão são analisados os canais de	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quando e onde ocorrem as reuniões</li> </ul>

	discussão, a qualidade da informação, os espaços da transversalidade, a pluralidade do grupo promotor, os órgãos existentes, os órgãos de acompanhamento, e a relação e/ou outros processos participativos.	<p>dos conselhos e quem participa?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Como as reuniões são convocadas?</li> <li>• Os resultados das reuniões são publicados de forma transparente?</li> </ul>
Inclusão	Para análise dessa categoria é analisado a abertura dos espaços de decisão, a aceitação social política e técnica, e a valorização cidadã	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como são discutidos os temas propostos?</li> <li>• Como é organizada a sugestão de ideias e temas?</li> <li>• Como são definidas as pessoas que participam e aquelas excluídas?</li> </ul>
Pluralismo	É a participação de diferentes atores e o perfil deles	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantas pessoas da sociedade civil participam do conselho?</li> <li>• Como é feita a divulgação do conselho para sociedade?</li> </ul>
Igualdade participativa	É analisada a forma de escolha dos representantes a discussão entre eles e a avaliação participativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como são escolhidos os representantes?</li> <li>• Qual é o processo de avaliação participativa?</li> </ul>
Autonomia	Analisa a origem das proposições, a alçada dos atores, o perfil de liderança e a possibilidade de exercer a própria vontade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual é o papel de cada membro do conselho?</li> <li>• Como é a delegação de poder dentro do conselho?</li> </ul>
Bem comum	Os objetivos alcançados e a aprovação cidadã dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como são definidos os objetivos do conselho?</li> <li>• Como isso é informado para a população?</li> <li>• Os objetivos foram alcançados?</li> </ul>

--	--	--

Fonte: Adaptado por Lamounier (2012, pp. 39-40)

Tabela 2: Caracterização dos entrevistados

Entrevistado	Características
Entrevistado 1	Professora da Escola Municipal Waldivino José Freire há 10 anos, já foi diretora da escola, e participa ativamente do conselho gestor municipal de educação como Presidente, nunca participou de outro conselho gestor, mais sempre esteve envolvida em causas que tem relação com a educação.
Entrevistado 2	Secretário municipal da secretaria de controle interno da prefeitura de Cana Verde, formado em contabilidade, atualmente é o suplente do conselho municipal da juventude da cidade.
Entrevistado 3	Funcionário público, trabalha no conselho tutelar da cidade, graduando de Direito pela faculdade UNIFENAS, participa do conselho gestor municipal da criança e do adolescente.
Entrevistado 4	Servidor público, participa do conselho municipal da juventude, graduando de Direito na faculdade UNIFENAS
Entrevistado 5	Funcionária pública, participa dos conselhos da defesa e conservação do meio ambiente, e do conselho municipal do saneamento básico.
Entrevistado 6	Secretário da fazenda do município, se mudou para cidade quando começou seu trabalho com a atual gestão, começou a participar do conselho gestor municipal patrimonial a 6 meses.
Entrevistado 7	Servidor público, trabalha no setor de licitação e contratos da prefeitura de Cana Verde, atualmente é o presidente do conselho patrimonial da cidade.
Entrevistado 8	Trabalha em uma fábrica de costura da cidade, beneficiário do programa minha casa minha vida, formado em Administração pelo CEMES, não tem relação com os conselhos.
Entrevistado 9	Aposentada, já trabalhou como escriturária na Prefeitura municipal de Cana Verde, não tem relação os conselhos.

Entrevistado 10	Trabalha em um mercado na cidade, participa de oficinas promovidas pelo CRAS da cidade, não tem relação com os conselhos.
Entrevistado 11	Professora de uma escola particular na cidade, formada em Pedagogia pela UFLA.
Entrevistado 12	Atual vereador da cidade de Cana Verde, sempre se envolveu em assuntos sobre saúde e educação, formado em Direito na UNILAVRAS, foi eleito em 2020 sendo o segundo mais votado na cidade.

Fonte: Resultado da Pesquisa, 2022